



PARECER JURÍDICO
FASE INTERNA

Processo licitatório nº 157/2026
Pregão Presencial nº 061/2026

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Procuradoria Adjunta, nos termos do artigo 53 da Lei 14.133/2021, na qual se requer a **análise jurídica da legalidade do texto da Minuta do edital de Pregão Presencial e seus anexos**, análise esta que será feita da fase preparatória da licitação.

Tem o Pregão Pregão por objeto **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PÚBLICA OU PRIVADA, REGULARMENTE AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS E DEMAIS SERVIÇOS BANCÁRIOS CORRELATOS INTEGRANTES DA SOLUÇÃO, MEDIANTE PAGAMENTO, PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA VENCEDORA, DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA AO MUNICÍPIO.**

A contratação estimada poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, pregão presencial, do tipo maior oferta de outorga, com amparo da Lei n. 14.133/2021 e no Decreto Municipal 21/2023.

Cumpre, no entanto, esclarecer que a análise neste parecer se limita à análise técnico-jurídica da fase preparatória da licitação e dos requisitos mínimos previstos em lei, estando restrita aos pontos jurídicos, excluindo-se quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

É o breve relatório, passo a opinar.

A Lei n. 14.133/2021 estabelece no seu artigo 18 e incisos todos os elementos que devem ser compreendidos na instrução do processo licitatório, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;





PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA ADJUNTA

2

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Diante disso, em relação as regras da **fase preparatória**, conforme disposto no artigo 18 retro mencionado, observou-se o cumprimento dos seguintes aspectos:

FASE INTERNA	Folhas
1 - Solicitação da Demanda (SD) com a devida justificativa, pedidos de compra	4; 5;
2- Estudo Técnico Preliminar	6/17;
3 - Termo de Referência	18/42;
4- Pesquisa de mercado - Cotação - Mapa comparativo	43/102 103;
5- Conhecimento de Demanda	108;
6 - Indicação do objeto e valor estimado	106/107;
7 - Autorização para Abertura de Licitação	109;
8 - Designação do Pregoeiro e equipe de apoio - Nota Explicativa	116;
9- Minuta do edital e seus anexos	117/193;

Termo de Referência (anexo I), Proposta de Preço (anexo II), Minuta do Contrato (anexo III), e demais anexos temos que atendem os requisitos do art. 25 da Lei 14.133/2021 o qual dispõe que deverá conter os seguintes elementos essenciais:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Importa mencionar, quanto à alteração do valor de outorga, que o insucesso verificado nas três tentativas licitatórias anteriores, mesmo após a eliminação das barreiras não econômicas (exigência de estrutura física e disputa eletrônica), evidencia que o valor mínimo de R\$ 6.500.000,00, apurado no estudo de viabilidade inicial, discrepa das reais condições e expectativas do mercado financeiro.





A manutenção do referido patamar culminaria, com elevada probabilidade, em novo insucesso, paralisando a atuação administrativa e frustrando a arrecadação de receitas extraorçamentárias expressivas.

Por conseguinte, afigura-se imperiosa a revisão do quantum estimado, em observância ao art. 23, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, que exige compatibilidade do valor estimado com os praticados pelo mercado. Também decorre dos arts. 5º e 11, I e II, da mesma Lei, que impõem competitividade, economicidade, proporcionalidade e a busca pela proposta mais vantajosa, bem como dos arts. 20 e 22 da LINDB, que determinam a consideração das consequências práticas da decisão e das dificuldades reais do gestor.

A redução encontra amparo, ainda, no art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à fase preparatória o levantamento de mercado, a memória de cálculo e a análise de riscos. Soma-se o art. 14, § 4º, do Decreto Municipal nº 3, de 12 de janeiro de 2026, que regulamenta a fase preparatória das contratações no Município e faculta à Administração a repactuação do valor estimado mediante a adição ou subtração de determinado percentual:

Art. 14, § 4º Com base no tratamento de que trata o caput deste decreto, **o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.** (grifamos)

Dessa forma, em estrita consonância com a RECOMENDAÇÃO TÉCNICA PARA ADEQUAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS, exarada no âmbito do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira e Técnico-Formal (EVEF/EVTF), adota-se o abatimento de 10% (dez por cento), com novo valor mínimo de R\$ 5.850.000,00. Trata-se, assim, de índice de adequação prudencial e gradual, que restabelece a competitividade do certame sem abandonar os parâmetros do estudo.

Nesta senda, **recomenda-se** a correção do valor constante na Cláusula 8.1 do edital, de modo a compatibilizar o Instrumento Convocatório ao novo valor fixado.

Destarte, importante destacar que, conforme o §3º do art. 25, todos os elementos do edital, incluindo a minuta do contrato, os termos de referência, o anteprojeto, os projetos e outros anexos, devem ser divulgados em um site oficial na mesma data da divulgação do edital, sem necessidade de registro ou identificação para acesso.

Ademais, em cumprimento à exigência legal, a Prefeitura deve publicar o edital de licitação, incluindo todos os seus anexos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como em seu próprio site oficial, conforme recomendado em prol da mais ampla publicidade e transparência e em atendimento ao disposto no art. 8º, §1º, IV e §2º da Lei Nacional de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

Também é necessário a publicação do extrato do edital em jornal diário de grande circulação para cumprimento do §1º do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.





PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA ADJUNTA

4

Outrossim, em cumprimento ao **princípio da publicidade** e face ao exposto no mandamento do art. 21 do Decreto Municipal n.21/2023, a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Município, em jornal diário de grande circulação e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Naviraí, como forma de garantia de eficácia do Ato Administrativo praticado pelo Agente Público, respeitando o prazo fixado no artigo 26 do mesmo diploma normativo.

Por fim, sem adentrar no juízo de conveniência e oportunidade dos atos administrativos, com base no art. 53 da Lei Nacional nº 14.133/2021, **OPINA-SE** pela **LEGALIDADE** do presente processo administrativo, devendo prosseguir em seus ulteriores atos.

Cumpre mencionar que a análise jurídica feita restringiu-se aos documentos até então constantes nos autos e como ensina Celso Antonio Bandeira de Mello, "parecer não é ato administrativo, sendo quando muito, ato de administração consultativa, que visa informar, elucidar, sugerir providencias administrativas a serem estabelecidas nos atos de Administração ativa" (Curso de Direito Administrativo, Malhieres, Ed., 13ª. ed., p.377).

Portanto, diante da natureza não vinculante do presente parecer para com as decisões tomadas a partir do aqui opinado, há a discricionariedade do gestor público em seguir ou não as orientações apresentadas, pois estas tão somente embasam legalmente e oferecem suporte jurídico aos atos administrativos, jamais revestindo-se de caráter decisório, **vez que incumbe à autoridade competente a emissão do referido ato de decisão.**

É o parecer.

Naviraí/MS, 16 de outubro de 2026.

Assinado por:
Glauce Kelly Vidal Cerveira Silva
***-**-761-53 16/10/2026 - 16:25
BDUJABBFC5Q09GVVKAQ9RQW

Glauce Kelly Vidal Cerveira Silva
Procuradora Adjunta
OAB/MS 10.727

